

FALA E ESCRITA: UMA VISÃO NÃO DICOTÔMICA¹

Abstract

This analysis demonstrates that since the beginnings of Western tradition the relation between speech and writing was poorly stated as a set of biased dichotomies. It argues in favor of overcoming this dichotomous view by proposing the study of the relation between speech and writing in the context of text genres. Speech and writing are considered as two complementary rather than competing modalities of language use.

Palavras-chave: *fala e escrita (speech and writing); linguagem e poder (language and power); gêneros textuais (textual genres).*

Fala e escrita: um tema antigo

O debate sobre a relação entre oralidade e escrita é muito antigo na tradição ocidental. Como tantos outros, foi posto pelos gregos, em especial por Platão. E não apenas uma vez, mas várias. O assunto mereceu discussões requintadas e complexas, tais como as levantadas por Havelock [1963] em seu hoje clássico *Prefácio a Platão*. Embora não seja esta a questão a que nos dedicaremos aqui, é dela que partimos para esclarecer como o tema vem sendo tratado no interior de um projeto de pesquisa² desenvolvido na Universidade Federal de Pernambuco.

Uma das intenções do projeto tem sido a de refletir sobre a natureza da relação entre fala e escrita do ponto de vista teórico, epistemológico e lingüístico (na perspectiva de Biber 1988 e 1995; Street 1984 e 1995), sem esquecer os aspectos histó-

rico, antropológico e cognitivo. Todos estes bem lembrados e discutidos por Havelock (1986) em sua obra *The Muse Learns to Write*, ou então na excelente análise histórica de W. Harris (1989), *Ancient Literacy* e, recentemente, por Olson (1998) na obra *O Mundo no Papel*, para citar apenas alguns. Os estudos sobre a oralidade e a escrita, em especial os antropológicos e lingüísticos, têm se desenvolvido enormemente dos anos 60 até o final do século XX.

Um dos aspectos teóricos nucleares do projeto aqui em questão é o que diz respeito à visão não-dicotômica da relação fala-escrita. Assumimos a posição de que entre fala e escrita há um contínuo que perpassa pelos gêneros textuais. Este é, em essência, o ponto de apoio da presente análise. Não postulamos aqui a mesma posição que Chafe (1982) que, embora evite a dicotomia, não escapa dela quando analisa a questão sempre com base em pólos distintos. Neste sentido, assumimos a crítica de Street (1995) a Chafe.

Um dos desafios neste contexto ainda parece ser o de situar a questão em seus eixos. Alguns acham que o tema central seria: *O uso da escrita influenciou os padrões de pensamento?* Já para outros o núcleo do problema seria: *Constituem fala e escrita dois sistemas lingüísticos independentes com características próprias?* Há quem julgue que o problema é: *Fala e escrita impõem relações de poder distintas?* Seja como for, essas questões (cognitivas, lingüísticas, ideológicas) estão se evidenciando como mal-postas. Sua origem pode ser identificada já em Platão, quando ele introduziu o problema na parte final do famoso diálogo *Fedro* (274a-275), no século V a.C.³ A passagem vale um detido registro, sobretudo pela sua fortuna na história do pensamento ocidental.

¹ Versão reformulada e ampliada do trabalho intitulado "Fala e Escrita na Grade dos Gêneros Textuais" apresentado na XVIII Jornada do GELNE, 4 a 6 de setembro de 2000, em Salvador.

² Esta pesquisa, levada a efeito no Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como um Projeto Integrado sobre o tema "*Fala e Escrita: Características e Usos*", com a participação de Luiz Antônio Marcuschi (coordenador), Judith C. Hoffnagel, Dóris de A. C. da Cunha e Cazue S. M. de Barros (colaboradores), vem sendo apoiada pelo CNPq, proc. n.º 523612/96-6.

³ Esta passagem do *Fedro* de Platão é comentada, entre outros, por W. Ong [1982]. 1998, pp.34-35 e 94-98, numa comparação feita pelo autor (na esteira de Havelock [1963]) em relação ao computador.

No final do diálogo *Fedro*, ao analisar a arte dos discursos e suas condições, Sócrates indaga de seu discípulo sobre a conveniência ou não de *escrever* os discursos, e em que caso seria oportuno ou não escrevê-los. Seguindo seu método usual, Sócrates expõe suas idéias ao discípulo Fedro narrando uma lenda da tradição antiga sobre Theuth, o deus inventor, e o faraó egípcio, Thamus. Esta é a narrativa completa (*Fedro*, 274):

Sócrates – ouvi, pois, contar que em Naucratis do Egito viveu um dos antigos deuses, aquele cuja ave sagrada é a que chamam de Ibis, e que o nome do deus era Theuth. Este foi o primeiro que inventou os números e o cálculo, a geometria e a astronomia, além do jogo de damas e dos dados e também os caracteres da escrita. Na época, Thamus era o rei do Egito, cuja corte situava-se na grande cidade da região alta a que os gregos chamam Tebas do Egito, cujo deus é Ammom, e Theuth veio ao rei e lhe mostrou suas artes sugerindo que fossem comunicadas aos demais egípcios. O rei Thamus perguntou então qual a utilidade de cada uma e, à medida em que seu inventor as explicava, o rei, segundo lhe parecesse que o dito estivesse bem ou mal, censurava-o ou elogiava-o. Assim, segundo se diz, foram muitas as observações em ambos os sentidos, feitas por Thamus a Theuth sobre cada uma das artes e seria muito longo expô-las aqui. Porém, quando chegou aos caracteres da escrita, disse Theuth: “Este conhecimento, oh, Rei!, fará mais sábios os egípcios e vigorizará sua memória: é o elixir da memória e da sabedoria o que com ele se descobriu.” Mas o rei respondeu: “Oh! Engenhosíssimo Theuth! Uma coisa é ser capaz de engendrar uma arte, e outra, ser capaz de compreender que dano ou proveito encerra para os que dela não de se servir, e assim tu, que és o pai dos caracteres da escrita, por benevolência a eles, lhes atribuíste faculdades contrárias às que possuem. Isto, com efeito, produzirá na alma dos que os apreendam o esquecimento pelo descuido da memória, já que, fiando-se na escrita, recordarão de um modo externo, valendo-se de caracteres alheios e não desde o seu interior e por si. Não é, pois, o elixir da memória, mas o da recordação, o que encontraste. É a aparência da sabedoria, não sua verdade, o que procuras para teus discípulos, porque uma vez que tenhas feito deles eruditos sem uma verdadeira instrução, parecerão juizes entendidos em muitas coisas não entendendo nada na maioria dos casos e será difícil suportar sua companhia porque ter-se-ão tornado sábios em sua própria opinião e não sábios.”

Em continuidade ao diálogo, e ponderando sobre a “fábula” julgada por ele engenhosa, Fedro se

mostra cético, ao que Sócrates adverte dizendo que ela é digna de atenção, e Fedro admite que o rei tebano estava certo. Para Sócrates, é “*perfeita ingenuidade*” imaginar que o escrito esteja claro e seja digno de fé só pelo fato de se achar escrito. Pois o escrito não passa de um meio para recordar o que se acha escrito (uma espécie de *técnica*), não sendo garantia da *verdade* do escrito. Platão levanta aqui a questão do valor epistemológico não só da escrita, tida como uma “*imagem*”, mas da própria linguagem. Pois a escrita seria uma *mimesis*, uma *representação de segundo nível*, já que a língua é o primeiro momento da imitação da verdade. Para Sócrates, no entanto, o mais terrível da escrita é sua “*verdadeira semelhança com a pintura*”. A pintura se apresenta como um ser vivo, mas se lhe perguntamos algo, “*ela se mantém no mais solene silêncio*” (*Fedro*, 275), assim como a escrita.

Em suma: a escrita fixa de uma vez por todas um dado conteúdo e sempre diz o mesmo quando for reiteradamente lida. Trata-se de uma “*semente estéril*”, uma espécie de um dizer “*morto e petrificado*”, que não se compara com a semente plantada por quem produz discursos falados e os renova sempre, fazendo que deles surjam novas sementes plantadas em corações que as entendem. Para o mestre Sócrates, outro aspecto negativo na escrita é o fato de, após ter sido escrito, um texto poder circular por todos os lugares e se tornar acessível a todas as pessoas igualmente, tanto os sábios quanto os ignorantes e desinteressados, sendo que estes não saberão a quem se dirigir para pedir explicações sobre o que lêem e não entendem. Daí concluir Sócrates que o melhor discurso é o que se inscreve na alma, aquele que é falado e sabe se defender, falando ou guardando silêncio quando necessário.

Para Platão a escrita não passa de uma simples técnica para fins de fixação do conhecimento. Platão não percebe que a escrita é uma forma de representar a língua e não apenas de fixar idéias no papel. É certo que o texto escrito foge ao controle de seu produtor, e entra em todos os ambientes sem poder exigir controle de sua interpretação. Mas isso é insuportável a Platão para quem o conhecimento, como algo vivo, não pode ser aprisionado e distribuído de forma homogênea e indiscriminada por toda a sociedade. O conhecimento é comparado, por Sócrates, a uma “*semente*” na mão do jardineiro (*Fedro*, 276), que vai plantá-la em terra boa e cultivá-la até surgirem os bons frutos. O bom jardineiro não iria plantar a semente em jardins alheios ou em jardins em que as flores surgiriam em poucos dias, mas não autênticas. Com esta imagem, temos um aspecto importante, na medida em que o jardim da escrita não é para todos, mas sim para os sábios a quem ela deve servir nos anos tardios, aqueles anos em que o esquecimento chega e que a recordação é necessária aos que sabem ouvir aquela escrita. Pois somente o discurso rememorado pela alma e não pela escrita pode produzir “*filhos legítimos*”.

A rigor, temos aqui um dos momentos que marcam negativamente o início de uma discussão que

perdura até hoje e orienta boa parte da questão não só sobre a escrita como fonte de conhecimento, estratégia de armazenamento, incrementadora da sabedoria etc., mas também sobre a escrita em sua função social e política. Irônica ou não, isso não vem ao caso, a posição de Platão afigura-se profundamente exclusionista, elitista e reacionária. Mais do que uma reação ao novo é uma defesa do conhecimento privilegiado. A escrita é vista como um fator de disseminação indistinta do conhecimento e isto é tido como negativo. Já naquele tempo Platão sabia: **conhecimento é poder**.

Vinte e cinco séculos após Platão ter escrito *Fedro*, a situação se inverte para continuar na mesma. Toma-se, agora, a escrita como um valor maior que a oralidade, grande fator de estímulo ao conhecimento e um divisor da história. Na verdade, esta mudança de uma *grafofobia* para um *grafocentrismo* começou já com o discípulo mais ilustre de Platão, isto é, Aristóteles, na *Política*, Livro VIII.3, quando é lembrada a importância de ensinar a ler e escrever aos jovens para que saibam lidar com o dinheiro, dirigir a economia doméstica e instruir-se. Esta será também a posição em toda a Idade Média que porá a *gramática* no *Trivium*, tamanha a relevância da escrita. Portanto, a despeito da posição platônica, leitura e escrita foram tidas na civilização greco-romana como artes essenciais a serem incentivadas pelo Estado (v. Harris, 1989). Esta perspectiva prosperou de tal modo que o domínio da escrita é tido como índice de desenvolvimento e o incentivo ao letramento tornou-se um imperativo constitucional na maioria dos povos.

Na realidade, essa inversão da situação deixa tudo como está, pois foi construída sobre uma profunda dicotomia na visão avaliativa das práticas da oralidade e da escrita. O privilégio da escrita foi construído sobre a depreciação da oralidade. É contra essa dicotomia preconceituosa que nos voltamos nos estudos aqui apresentados. Pois a tradição inaugurada por Platão não passa de uma fonte de preconceitos, mesmo quando invertida, não importando quais dos dois pólos seja tido como superior. O que aqui se condena de modo geral é a dicotomia estrita ou a “*grande divisa*” entre fala e escrita.

Algumas posições já consolidadas

Nas investigações realizadas até o momento no contexto do Projeto Integrado “*Fala e Escrita : Características e Usos*”, chegamos a muitos resultados dentre os quais serão aqui lembrados alguns aspectos básicos.

Em primeiro lugar, a questão da relação fala e escrita não pode ser reduzida a um problema de natureza estritamente lingüística. Na base, ele é essencialmente antropológico e epistemológico, já que diz res-

peito à própria noção de língua. A introdução da escrita deu origem a uma série de ditos populares ainda vigentes, tais como: “*Palavras escritas ficam, palavras faladas voam*”, como se a fixação por escrito fosse garantia de durabilidade; “*Vale o escrito*”, dando a entender que o testemunho verbal tem menos importância; ou como no Direito: “*O que não está nos autos não está no mundo*”, sugerindo que o escrito é a verdade. Dá-se mais importância à história escrita que à tradição oral: “*Um povo sem escrita é um povo sem história*” (Sartre). Contudo, isto não é universalmente assim, como mostram estudos comparativos entre as várias culturas que avaliam de forma diferenciada a escrita. Veja-se o caso dos Nukulaelae para quem a escrita é uma prática das mulheres e possui caráter informal (Street 1995:109)⁴.

Perspectiva totalmente diferente dessa é a relação que a escrita no caso dos Mende, em Serra Leoa, como mostraram Bledsoe e Robey (1993:120). Esses autores observam que no mundo árabe “a escrita é uma prerrogativa masculina”, exercida pelos “*karamokos*”, isto é, “aqueles que sabem ler” e que com esta tarefa ganham muito dinheiro, já que a eles são entregues os filhos dos grandes proprietários que pagam taxas altíssimas para aprender a ler. Já as filhas só aprendem se os *karamokos* as ensinarem na casa dos pais, pois do contrário significa que elas casarão com o *karamoko*. Os *karamokos* são professores de leitura e escrita, mas há ainda os *moriman* que são os comerciantes ricos que sabem ler, mas não se ocupam do ensino da leitura. *Karamokos* e *moriman* usam o poder que decorre de seu conhecimento da escrita para se beneficiarem numa sociedade em que a escrita tem um poder mágico e serve como guarda de segredos. A forma de apropriação da escrita entre os Mende em Serra Leoa nada tem a ver com as formas de apropriação e uso da escrita entre nós, por exemplo.

Em segundo lugar, torna-se importante a superação da visão dicotômica e a negação da autonomia da escrita frente à oralidade. Pois já ficou claramente comprovado que a escrita não é autônoma, não é descontextualizada nem possui alguma virtude imanente pela natureza da tecnologia que representa. A escrita não é uma espécie de representação da fala, pois há na fala muito mais do que apenas aquilo que os sinais gráficos (em espacial o alfabeto) podem expressar. Porém, a escrita também tem seu lado específico com elementos que a fala não possui. Em outras palavras, escrita e fala são dois modos concomitantes de representar a mesma língua.

Outro aspecto relevante aqui é observar que mesmo a escrita como a nossa (a dita escrita alfabética) vai além da representação alfabética da língua e se serve de uma enorme quantidade de outros elementos representacionais o que nos conduz ao letramento

⁴ Contudo, parece possível endossar a posição de R. Pattison (1982) aposta como epígrafe ao artigo de A. K. Bowmann & G. Woolf sobre ‘Cultura Escrita e Poder no Mundo Antigo’ (1998:5): “Nem todas as sociedades optaram por empregar a cultura escrita da mesma maneira, mas tal cultura sempre está associada ao poder.”

(uma maneira de representar a língua pelos mais diversos sinais e numa variada gama de competências). De igual modo, não se pode reduzir a oralidade ao som que constitui a fala, pois o som é apenas uma condição necessária para que haja fala, mas não suficiente. Há muito mais do que som na fala, de modo que a oralidade é mais do que a linguagem na sua forma sonora.

Historicamente, sabemos hoje que a escrita não foi uma invenção única, mas foi reinventada várias vezes de forma independente, tal como mostra Ong [1982] pp.93-133) lembrando vários estudos. Além disso, a escrita não deve ser confundida com a escrita alfabética, de maneira que não se pode imaginar a nossa escrita como a única (aqui me refiro às diversas escritas não alfabéticas e não ao problema apontado no parágrafo anterior em que lembrava a presença de elementos não alfabéticos na escrita alfabética, tais como imagens e cores). Quanto a isto, observa-se que hoje a escrita está se tornando cada vez mais pictográfica, iconográfica ou ideogramática, em especial a escrita pública que aparece nos grandes espaços urbanos ao ar livre e nas publicidades de grande circulação. O próprio computador está popularizando um grande número de ícones que estão sendo apropriados como adequados em textos da vida diária. Há gêneros textuais, como os bate-papos pela internet que já incorporaram até mesmo elementos específicos, denominados “*emoticons*”, sinais que indicam emoções, como riso, abraços, choro, reprovação e assim por diante.

Do ponto de vista dos usos, a fala e a escrita variam, são profundamente maleáveis e não se caracterizam por alguma orientação peculiar e exclusiva em relação a regras. Há uma tendência a legislar sobre a escrita com dispositivos estatais ou não, como a escola e as academias, fazendo com que se defina uma escrita única (padrão), desqualificando todas as demais. Na realidade, confunde-se aqui a escrita enquanto modo de uso da língua com um de seus usos: o padrão. Essa escolha já foi comprovada como não tendo base lingüística e sim ideológica (v. Trudgill 1975). Por que os gaffitis nas paredes dos prédios e muros de nossas cidades não podem ser tidos como uma escrita? Afinal de contas, as inscrições rupestres e as demais inscrições em cavernas desde a Idade da Pedra seriam ou não comparáveis aos atuais graffitis em prédios públicos? Do ponto de vista da sua função social e suas formas de manifestação, a escrita não tem um padrão ideal natural.

Práticas de Letramento e eventos de escrita

Aspecto relevante na observação e sistematização da relação fala-escrita é o que diz respeito às formas de inserção da fala e da escrita nos usos da vida diária. Quanto a isto, concordamos com Street (1995:115) ao constatar, num estudo sobre a classe média de uma cidade dos Estados Unidos, que no ambiente doméstico, fala e escrita se davam numa

integração muito grande formando uma mescla ou um contínuo. A mãe lê o livro em voz alta e o comenta oralmente; recebe uma carta e lê para os outros; lê o jornal em voz alta e comenta e assim por diante. Já a escola separa fala e escrita e dá a cada uma o seu lugar. Ali surge a “*grande divisão*”, como fruto de um processo de “*pedagogização da escrita*”. A escola põe a escrita no quadro, fixa-a em normas, distingue-a da fala e torna-a autônoma, objetivizada, naturalizada. O texto escrito se torna não-problemático e deve ser entendido objetivamente. A ênfase se volta para a *natureza da linguagem em detrimento do seu uso* (v. Street 1995:116). Esta observação de Street é para nós importante porque permite distinguir entre as noções de *letramento* e *escrita*, bem como entre *oralidade* e *fala*. Além disso, sugere que se distinga entre *eventos* e *práticas*.

Neste caso, com Barton (1991:5) e Street (1995:133), podemos distinguir entre **eventos de letramento** como atividades particulares onde a escrita tem um papel central (algo assim como os usos específicos da escrita, identificáveis pelos interagentes) e **práticas de letramento**, onde as atividades culturais gerais de uso da escrita se desenvolvem nos eventos. As práticas de letramento variam conforme os diversos **domínios da vida social**. Com isso, podemos referir-nos a **esferas de domínio da escrita**, ou seja, aquele âmbito da vida social em que a escrita tem maior penetração e influência. Esses domínios, seja na vida familiar, escolar ou no trabalho, dão-se via de regra em eventos particulares. Por exemplo, na hora de levantar ou dormir, nas refeições, durante uma aula, na redação ou leitura de uma correspondência. Com isto podemos afirmar que a escrita achase bastante envolvida, na sua forma mais freqüente de surgimento, com contextos altamente institucionalizados.

Vejam-se os exemplos da *aula* e da *conferência*, trazidos por Street (1995:133), que enquanto **eventos** envolvem letramento: a audiência fica ouvindo e lendo no quadro (ou na projeção do *powerpoint*!), tomando notas e memorizando; o conferencista fala, lê notas, projeta textos e escreve. Esse evento é uma espécie de “*mix*” ou de mescla de oralidade e escrita, não se classificando tipicamente como uma ou outra. Por outro lado, um *Tratado de Filosofia* é uma *prática* típica de letramento e também um *evento* de letramento acentuadamente marcado pela escrita. Quando eu calculo ou lido com o dinheiro, procuro uma rua pelo nome ou peço uma informação sobre um estabelecimento comercial, estou praticando atividades mistas de letramento e oralidade que não podem ser distinguidas com rigor: são práticas de letramento, mas não eventos de escrita.

Seguramente, alguém objetará, com razão: então não podemos mais distinguir entre fala e escrita? Certamente podemos distinguir, mas aí estamos num outro terreno, o das *formas*. E não podemos ficar restritos a ele. Aqui iniciam outros aspectos importantes, tais como a natureza dos textos produzidos empiricamente, ou seja, a questão dos gêneros

textuais. Alguns deles serão tipicamente escritos e outros tipicamente falados, mas todos deverão cumprir determinados requisitos de organização além de seguirem o mesmo sistema lingüístico. E se observarmos a fala e a escrita no contexto da prática dos gêneros comunicativos em sociedade veremos que as diferenças entre as duas modalidades vão se diluindo ou pelo menos graduando num conjunto de relações relativizadas.

Ken Morrison (1995) em detido estudo sobre a história do estabelecimento do texto após o surgimento da escrita alfabética, mostra que o próprio aparecimento dos gêneros escritos se deu como um *processo de aculturação*, ou seja, como afastamento progressivo de práticas orais. Para o autor, as funções textuais foram evoluindo na relação com “mudanças na organização social” (p.145), o que atesta uma relação forte entre o desenvolvimento da noção textual e a evolução cultural. Morrison lembra que “papiros dos séculos V, IV e III a.C. mostram que os textos eram escritos de maneira contínua, sem parágrafos, capítulos ou divisão entre as palavras e frases” (p.149). Não havia uma normatização da escrita, seja no plano ortográfico ou na disposição gráfica dos sinais. Diante disso, argumenta Morrison que “o desenvolvimento e a difusão do parágrafo como meio de se marcar as etapas de uma argumentação podem ser tomados como exemplo da evolução cultural” (p.145). Pois esta noção inexistia na oralidade e deve ser inventada na escrita. Separar palavras, fazer parágrafos, numerar páginas, pontuar, fazer linhas, separar temas com títulos etc. são estratégias que surgem com a estabilização do sistema textual que não se fazia presente na oralidade.

Fala e escrita na grade dos gêneros textuais

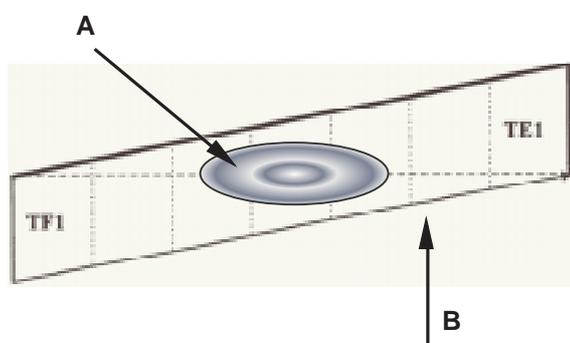
Para tratar de maneira adequada a relação fala e escrita no contexto dos gêneros textuais como materializações dos textos na forma gráfica ou oral, convém distinguir entre pelo menos três grupos de

na comparação da fala e escrita é precisamente a relação vista no *contínuo dos gêneros textuais*. Recentemente, passamos a admitir uma visão ainda mais dinâmica que poderia ser representada não na imagem do **contínuo**, mas da **grade** ou gradiente em que as imbricações se tornam maiores e as relações podem ser graduadas.

Poderíamos imaginar algo assim como uma esfera no interior da qual toda a produção textual se daria como um conjunto de práticas lingüísticas e discursivas, situadas em relações mútuas, não havendo dois pontos extremos como no caso da figura retangular representada abaixo. Assim, o **Gráfico A** seria substituído pelo **Gráfico B** ali embutido:

Gráfico A: Fala e Escrita no Contínuo dos gêneros textuais

Gráfico B: Fala e Escrita no interior da esfera de práticas sócio-comunicativas



Antes de tentar uma análise mais detida da relação entre fala e escrita com base nos gêneros textuais, seria interessante que se tivesse uma *visão histórica* dos gêneros. Mas nós ainda não dispomos dessa história que permanece um tema aberto. Essa história mostraria que no início era a oralidade protagonizada pelo gênero *conversação espontânea* e, logo em seguida o gênero *fábula*, depois o gênero *poema* e, finalmente, o gênero *ensaio* no qual se faz ciência. Os gêneros foram se constituindo historicamente na medida em que foi se tornando necessário realizar novas atividades com a língua. Os gêneros são cristalizações lingüísticas de práticas sociais. Ainda hoje estão surgindo novos gêneros, alguns sem nomes bem-constituídos, como os motivados pelos meios eletrônicos, por exemplo, as *mensagens* e os *bate-papos eletrônicos*.

Quanto à questão da origem histórica dos gêneros textuais e sua consolidação, pode-se dizer que isso foi ocorrendo ao longo do tempo com base no surgimento de novas tecnologias e nas necessidades comunicativas. Considerando os **suportes textuais**, em certos casos, pode-se até datar o surgimento de novos gêneros, como o *telefonema*, o *e-mail*, o *editorial de jornal*, a *aula*, a *conferência*, o *edita*, a *ata de condomínio*, a *ata de reunião de Pleno de Departamento* e assim por diante. Tudo isto passou a existir com a introdução de um dado suporte seja ele tecnológico ou institucional. Os nomes dos gêneros são instituídos para referir ou designar práticas so-

ciais e históricas realizadas como eventos com o concurso da língua em situações comunicativas com propósitos bem definidos. Seria inclusive interessante refazer esta história dos gêneros considerando sua própria denominação, pois as denominações são em geral temáticas ou pelo menos em boa parte lembram aspectos temáticos do próprio gênero.

Observando a origem da escrita e sua função social e cultural no panorama grego, Havelock (1986:8) defende que a escrita inicialmente era feita no gênero poético, com Homero e Hesíodo encabeçando todo o conhecimento (na medida em que puseram na escrita a oralidade. Em seguida, Platão substituiu o gênero poético pelo diálogo, transformado em método "dialético". Se por um lado a forma poética favorecia o aspecto mnemônico da oralidade, por outro, o diálogo era a forma mais genuína da manifestação oral no dia-a-dia. Era uma maneira profundamente prosaica de transmitir o pensamento, mas natural. Outros sábios usavam os aforismas. Aristóteles já se serviu da exposição em tratados. Contudo, ainda hoje vigora a tradição oral através dos mitos, dos contos, das fábulas e assim por diante. Mas a ciência perdeu essa noção da oralidade e confinou-se ao ensaísmo, desde que a Academia Inglesa o definiu no século XVII.

Palavras finais

Em conclusão a estas observações podemos dizer que as relações entre fala e escrita ou entre oralidade e letramento, seja na perspectiva dos eventos ou das práticas, dos discursos ou dos textos materializados, não podem ser confinadas aos seus aspectos lingüísticos, pois o uso da língua na vida diária nunca será um uso autônomo, desligado da realidade sócio-comunicativa. Isto implica a necessidade de uma noção de língua como atividade sócio-interativa, fugindo à pura contemplação de formas. Mas também é certo que não podemos fazer ciência contemplando um fenômeno tão múltiplo e heterogêneo em toda sua extensão e complexidade. Daí a paradoxal necessidade do cientista, em especial o lingüista, de seccionar seus objetos de análise para estudos específicos. A questão mais importante está em como fazer esses recortes para não proceder a enquadres desfocados. A proposta é que se evitem recortes epistemológicos preconceituosos e dicotômicos e se parta para a análise da *língua como atividade situada*. É nessa perspectiva que o Projeto "**Fala e Escrita: Características e Usos**" vem se conduzindo e pretende dar uma contribuição.

Fontes de referência

- BAKHTIN, Michail. [1979]. 1992. Os gêneros do discurso. In BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo, Martins Fontes, pp. 277-326.
- BARTON, David. 1991. The Social Nature of Writing. In: D. BARTON & R. IVANIC (Eds.). **Writing in the Community**. London: Sage.

- BIBER, Douglas. 1988. *Variation across speech and writing*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BIBER, Douglas. 1995. *Dimension of register variation. A cross-linguistic comparison*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BLEDSON, Caroline H. and Kenneth M. ROBEY. 1993. Arabic Literacy and Secrecy among the Mende of Sierra Leone. In: B. STREET (ed.) *Cross-Cultural Approaches to Literacy*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 110-134.
- BOWMANN, Allan K. & Greg WOOLF. 1998. Cultura escrita e poder no mundo antigo. In: BOWMANN, A. K. & G. WOOLF (Orgs.) *Cultura Escrita e poder no mundo antigo*. São Paulo: Ática, pp. 5-23.
- CHAFE, Wallace. 1982. Integration and Involvement in Speaking, Writing, and Oral Literature. In: D. TANNEN (ed.) 1982. *Spoken and Written Language: Exploring Orality and Literacy*. New Jersey, Ablex: Norwood. pp. 35-53
- HARRIS, William V. 1989. *Ancient Literacy*. Cambridge/Mass.: Harvard University Press.
- HAVELOCK, Eric. [1963]. 1996. *Prefácio a Platão*. Campinas: Papirus Editora.
- HAVELOCK, Erick. 1986. *The Muse Learns to Write*. New Haven/London: Yale University Press.
- MORRISON, Ken. 1995. Estabelecendo o texto: a institucionalização do conhecimento por meio das formas históricas e filosóficas de argumentação. In: J. BOTTÉRO, K. MORRISON et alii. *Cultura, Pensamento e Escrita*. São Paulo: Ática, pp. 141-200.
- OLSON, David. 1998. *O mundo no papel*. São Paulo: Ática.
- ONG, Walter. [1982]. 1998. *Oralidade e Cultura Escrita*. Campinas, Papirus.
- PATTISON, R. 1982. *On Literacy; the politics of the word from Homer to the age of rock*. Oxford: Oxford University Press.
- PLATÃO. Fedro. In: PLATÃO. *Obras Completas*. 1966. Madrid: Editora Aguilar.
- STREET, Brian S. 1984. *Literacy in theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- STREET, Brian S. 1995. *Social Literacies. Critical Approaches to Literacy in Development, Ethnography and education*. London & New York: Longman.
- TRUDGILL, Peter. 1975. *Accent, Dialect and The School*. London, Edward Arnold.